

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Agricultores cobram aplicação de lei do turismo rural

Política de apoio à atividade depende de regulamentação para virar realidade em Santa Catarina



Jonas Lemos Campos

Audiência pública realizada dia 14 pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente reuniu, na Assembleia Legislativa, produtores rurais que debateram a aplicação da lei que criou a Política de Apoio ao Turismo Rural em Santa Catarina.

A lei enquadra a atividade do turismo rural como complementar à produção agropecuária. A principal reivindicação dos agricultores é obter os mesmos benefícios fiscais e tributos concedidos aos pequenos agricultores. A Secretaria da Fazenda prometeu trabalhar pela regulamentação.

Realizada pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, reunião mobilizou produtores rurais em torno do dispositivo legal

Página 3

Ana Paula assume a Presidência da Casa

Página 2

Santo Amaro vai debater impacto de obras no setor energético

Páginas 4 e 5

Audiência garante avanços para segurança na região de São Carlos

Edson Junkes



Coronel Eliésio pediu ajuda da comunidade no combate à violência

Página 4 e 5



Solon Soares

Comissão apreciou mais de 200 projetos neste ano

CCJ faz balanço dos trabalhos no primeiro semestre

Páginas 4 e 5

Crise no sistema prisional catarinense repercute em plenário

Página 6

OPINIÃO

A importância do setor cooperativista

Em 1844, um grupo de tecelões ingleses passava por dificuldades devido a uma crise no setor têxtil. As receitas que seus trabalhadores obtinham não eram suficientes nem para alimentação. Foi aí que veio a primeira idéia de união para resolver problemas comuns. Reuniram-se e formaram uma sociedade para dividir custos e aumentar rendimentos. Essa sociedade foi denominada "cooperativa" e de lá para cá esse tipo de união se proliferou pelo mundo, formando empresas fortes, eficientes, transparentes e democráticas. As cooperativas acabaram tendo seu dia incluído no calendário internacional, que é comemorado no primeiro sábado do mês de julho.

Atualmente, no mundo, existem 240 organizações, quase 800 mil cooperativas e 750 milhões de membros. No ano de 2007 as cooperativas no Brasil foram responsáveis por um faturamento de R\$ 72 bilhões, tendo a região Sul como líder, num crescimento de 7,5%. Em nosso país, o sistema é representado pela Organização

das Cooperativas Brasileiras, que atualmente representa 7.700 cooperativas, divididas em 13 ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infra-estrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo e transporte. Em SC, as cooperativas registram crescimento exponencial, superior a 20% ao ano. O sistema Ocesc – Organização das Cooperativas de SC – é formado por 256 cooperativas em atividade de doze ramos. Reúnem 776.749 famílias catarinenses. Cerca de 30% dos associados em cooperativas no estado são mulheres e 16% são jovens com menos de 25 anos. As sociedades cooperativas empregam diretamente 25 mil pessoas. Entre os ramos mais expressivos do cooperativismo catarinense está o agropecuário, que registrou estabilidade de crescimento em 2007: as 54 cooperativas agropecuárias, que reúnem 60.000 associados, faturaram no ano passado R\$ 6 bilhões.

Em nosso estado as cooperativas atuam segmentadas por ramo e formam sistemas operacionais

setoriais. As principais cooperativas agropecuárias, por exemplo, elegeram duas instituições para defenderem seus interesses econômicos e sociais de forma integrada, a Fecagro e a Coopercentral-Aurora.

Outros ramos do cooperativismo estão presentes em nosso estado, cada um na sua área de atuação ou região de abrangência, todos com serviços importantes e resolução de problemas comuns através da união para as classes que representam. Cerca de 25 milhões de brasileiros estão envolvidos com essa notável forma de associativismo. Um dos melhores indicadores sociais – o índice de desenvolvimento humano (IDH) – atesta que os impactos socioeconômicos de sua atuação se estendem às comunidades onde as cooperativas atuam e ao mercado internacional com a expansão das exportações. Os resultados surgem no desenvolvimento, na melhor qualidade de vida e no bem-estar social.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB)

Imbituba merece o terminal

A Região Sul catarinense é rica pelos recursos que a natureza lhe proporcionou – suas jazidas de carvão mineral, de argila que alimenta sua produção de cerâmica, seu mar e sua terra fértil, e também pela sua gente pujante e trabalhadora. Mas sofre com problemas estruturais que há décadas vêm reduzindo os níveis do seu desenvolvimento. Por isso, sempre que surge a oportunidade, é preciso que defendamos ações e iniciativas que possam contribuir de forma substancial para o progresso daquela região.

Nesse sentido, estamos defendendo que a Petrobrás instale o seu novo terminal de gás natural liquefeito no Porto de Imbituba. Nosso pedido vem na esteira do encontro realizado recentemente na Federação das Indústrias de Santa Catarina, em Florianópolis,

quando a questão energética foi discutida entre empresários, técnicos e lideranças políticas, e que teve a participação da diretora de Gás e Energia da Petrobrás, Maria das Graças Foster.

Os representantes da Petrobrás falaram as possibilidades de o Porto de São Francisco do Sul receber o terminal, dada sua infra-estrutura de gasodutos para transporte do insumo, mas o Porto de Imbituba também foi lembrado na ocasião.

Pelos dados estatísticos, nos últimos 18 anos a região Sul do estado não está acompanhando o índice de desenvolvimento econômico de outras regiões catarinenses, especialmente o Norte e o Nordeste catarinense, e por isso por falta de estrutura adequada ao escoamento de sua produção, como a falta da duplicação da BR-

101, que está sendo tocada agora no governo Lula.

A instalação do terminal no Porto de Imbituba provocaria um enorme desenvolvimento na região, fazendo com que, aos poucos, o Sul possa acompanhar os índices de progresso do Norte e Nordeste do estado, cujo PIB tem revelado crescimento semelhante aos patamares do PIB chinês. E também viria ao encontro do que preconiza a política de inclusão social do governo Lula.

O Porto de Imbituba é o segundo maior de Santa Catarina e representa uma das maiores fontes de emprego do município, que tem 32 mil habitantes, que também depende da indústria, do comércio e do turismo.

Deputado Valmir Comin (PP)

Deputada assume pela segunda vez o Legislativo

Solon Soares



Deputado Julio Garcia passa comando do Legislativo para Ana Paula

Durante os próximos dez dias a deputada Ana Paula Lima (PT) responderá pela presidência da Assembléia Legislativa, em função do afastamento do presidente Julio Garcia, por motivos particulares. O primeiro vice-presidente, deputado Clésio Salvaro (PSDB), encontra-se licenciado devido ao período eleitoral. Ana Paula assumiu a presidência na manhã do dia 17.

Esta é a segunda vez na história do Parlamento catarinense que uma mulher assume a presidência do Poder. A própria deputada Ana Paula, segunda

vice-presidente da Casa, ocupou o cargo no período de uma semana, no mês de abril de 2007.

A parlamentar agradeceu a confiança e disse que dará continuidade aos trabalhos realizados na Casa. Na lista de prioridades estão os projetos em tramitação nas comissões técnicas e a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Tranquilo, Julio Garcia afirmou que as relações harmônicas entre os integrantes da Mesa garantem o bom funcionamento da Casa. "A Assembléia ficará em boas mãos", completou.

[AGENDA]

Dia 21, 14h – Audiência pública da Comissão de Segurança Pública para debater o sistema prisional no estado

Local: Auditório Antonieta de Barros

Dia 21 a 30 – Curso "Finanças Pessoais e Investimentos"

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Dia 23, 19h – Audiência Pública da Comissão de Turismo e Meio Ambiente para debater os impactos da construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas em locais de ecoturismo

Local: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro da Imperatriz. Rua Santana, 4.470, Centro

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaíne Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Fotos: Jonas Lemos Campos



Requerida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, reunião discute aplicação da lei que criou a Política de Apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar em Santa Catarina

Agricultores cobram regulamentação de lei de apoio ao turismo rural

Produtores rurais que se dedicam à atividade reivindicam benefícios no regime fiscal e tributário

Graziela May Pereira

A regulamentação da Política de Apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina, também conhecida como Lei TRAF/SC, foi debatida em audiência pública dia 14, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, na Assembléia Legislativa. A lei enquadra o turismo rural como atividade complementar à produção agropecuária, define o que são atividades e serviços relacionados à TRAF e propõe diretrizes e estratégias de apoio governamental a este segmento turístico.

A principal contribuição, no

entanto, é estender aos agricultores que se dedicam ao turismo rural o regime fiscal e tributário vigente aos pequenos agricultores dedicados à produção agropecuária. A audiência, requerida pelo deputado Décio Góes (PT), por meio da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, iniciou com a apresentação da lei. "A lei foi uma conquista de todo o setor. Estamos aqui para trabalhar sua regulamentação. Santa Catarina tem um grande potencial no que diz respeito ao turismo rural e temos que lutar por isso."

O parlamentar falou que alguns artigos do texto da lei serão discutidos em forma des-

taçada, como os artigos 2º, 3º e 5º, considerado o mais difícil. O artigo 2º trata de quem é considerado agricultor familiar, áreas de abrangência, demanda e oferta da TRAF. O artigo 3º, coloca como beneficiários desta lei os pescadores artesanais, quilombolas, assentados da reforma agrária e as comunidades indígenas. O mais polêmico dos artigos, conforme o parlamentar petista, o artigo 5º, considera atividades da TRAF associadas e complementares às atividades agropecuárias, sendo sujeitas ao mesmo tratamento fiscal e tributário, no âmbito estadual.

Fazenda defende mesmo tratamento das atividades agropecuárias

A Secretaria de Estado da Fazenda, representada pelo diretor geral Nestor Raupp, garantiu que vai lutar pela regulamentação da lei. "Nós podemos e devemos fazer tudo aquilo que a lei determina, dentro dos limites legais. Nós queremos que essa atividade possa contar com o mesmo tratamento tributário que as demais atividades agropecuárias possuem."

Trabalhando há 10 anos pela agricultura familiar, a ONG Acolhida na Colônia também estava presente no evento. A representante da organização não governamental, Taize Costa Buzati, afirmou que é preciso lutar pela Lei TRAF para que ampare a todos os agricultores. "O estado é feito de pequenas propriedades. Estamos todos aqui para melhorar a lei, muito importante para todos nós agricultores", disse.

Muitos agricultores presentes na audiência solicitaram maiores informações sobre a TRAF para

que não ocorram problemas e também pediram agilidade nos trabalhos de regulamentação.

O deputado Professor Sérgio Grando (PPS) lembrou que o projeto teve seu início com o movimento dos profissionais da agricultura.

"A lei foi bem aceita e agora estamos aqui retomando esse trabalho. Vamos trabalhar hoje na sua regulamentação para que o estado possa se destacar nessa área". O parlamentar ainda completou que o turismo rural é de grande importância porque é um modo de fixar o homem no campo.

No final do evento, um grupo de trabalho com representantes das secretarias da Fazenda e do Turismo, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Fetaesc, da Santur, da ONG da Acolhida na Colônia, da Comissão de Turismo e parlamentares foi constituído para trabalhar todas as questões pendentes na Lei 14.361/08.



Deputado Professor Grando, ao lado de Décio Gomes, afirma que turismo rural é forma de fixar homem no campo

COMISSÕES

Governo se compromete a melhorar segurança na região de São Carlos

O governo do Estado se comprometeu a resolver os problemas de falta de efetivo e de infraestrutura de segurança pública na região de São Carlos, Oeste de Santa Catarina. O compromisso foi assumido pelo comandante geral da Polícia Militar, coronel Eliésio Rodrigues, e pelo delegado-geral da Polícia Civil, Maurício Eskudlark, na audiência pública realizada pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia de Legislativa, dia 10, a pedido do presidente da comissão, o deputado Dirceu Dresch (PT).

"O resultado positivo desta audiência é mérito da sociedade organizada que se mobilizou e clamou por mais segurança. Nós, deputados, vamos agora cobrar para que os compromissos assumidos sejam cumpridos", afirmou Dresch. Também estiveram

presentes os deputados Sargento Soares (PDT) e Herneus de Nadal (PMDB), líder do governo.

Prefeitos, vereadores, lideranças políticas e comunitárias e representantes de entidades dos municípios da região de São Carlos participaram da audiência. Eles cobraram ações do Estado para conter o aumento da criminalidade e denunciaram a precariedade da estrutura de segurança pública na região, em consequência da construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó.

A partir de janeiro de 2007, com o início da construção da usina no rio Uruguai, entre Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS), todos os municípios ao redor, principalmente Águas de Chapecó, São Carlos, Caxambu do Sul e Planalto Alegre, estão convivendo com o aumento da população

e da criminalidade. Cerca de 4 mil trabalhadores oriundos de várias partes do país atuam na construção da usina que deve ser concluída em 2010.

Segundo o comandante do Pelotão da Polícia Militar de São Carlos e Águas de Chapecó, sargento Ederson Filimbert, as ocorrências policiais triplicaram, assim como a gravidade dos delitos, com o início da construção da Usina Foz do Chapecó.

"Antes, as ocorrências se limitavam a brigas e prestação de auxílio policial. Agora atendemos furtos, arrombamentos, tentativas de estupro, assalto a mão armada, tráfico de drogas e homicídios", revelou. A falta de efetivo e estrutura dificulta a ação da PM. Para a Promotoria, a falta estrutural fica crítica quando acontecem situações mais graves.



População participa da audiência realizada pela Comissão de Segurança Pública em São Carlos

Coronel defende prevenção e menos repressão

O coronel Eliésio Rodrigues pediu apoio da comunidade no combate à violência. "É necessário mais prevenção e menos repressão", afirmou. Ele garantiu o envio emergencial de quatro policiais militares para atuar no Pelotão da Polícia Militar de São Carlos e Águas de Chapecó e o envio de um veículo. Hoje o Pelotão conta com 17 policiais e três veículos.

Rodrigues também anunciou a construção de um quartel com 200 metros quadrados na divisa dos dois municípios. A obra, ainda sem prazo para começar, não contaria com recursos do governo do Estado. O terreno está sendo adquirido pela prefeitura de São Carlos e a construção ficará a cargo da prefeitura de Águas de Chapecó, com recursos de R\$ 150

mil, que serão repassados pelo consórcio responsável pela construção da Usina Foz do Chapecó.

Quanto à Polícia Civil, Eskudlark garantiu que a Delegacia Regional de Chapecó receberá 15 novos policiais. Destes, três irão trabalhar exclusivamente na delegacia de polícia de São Carlos, que hoje conta com três policiais e um delegado, que também atende a delegacia de Pamitos, e dois veículos. Segundo ele, o aumento do efetivo será possível devido ao concurso público que abriu 900 vagas para a Polícia Civil. Os primeiros 300 concursados começam a receber o treinamento em agosto.

Quanto à aquisição de viaturas, Eskudlark afirmou que o governo estuda um projeto de

R\$ 19 milhões para aquisição e renovação da atual frota. Ele também anunciou a construção de um prédio para abrigar a delegacia num terreno doado pela prefeitura. A obra deve iniciar no próximo ano, mas ainda depende de autorização do governador.

Para Dresch, os compromissos assumidos pelas duas principais autoridades do governo são resultado da pressão exercida pela comunidade dos municípios atingidos pelo impacto social da construção da usina. "A presença de lideranças, representantes de entidades, vereadores e prefeitos foi fundamental para que o governo assumisse esse compromisso de melhorar a estrutura da segurança, tanto da polícia civil como da polícia militar da região", ressaltou o parlamentar.

CCJ apreciou mais de 200 projetos este ano

Comissão de Constituição e Justiça também aprovou 85 requerimentos, realizou 12 audiências públicas e quer votar mais 161 matérias

O deputado Romildo Titon (PMDB), presidente da Comissão de Constituição e Justiça, quer encerrar o primeiro semestre votando todos os projetos que tramitam na comissão. Para isso, solicitou aos deputados que emitam até a próxima semana seus pareceres sobre as matérias pendentes, para que sejam encaminhadas às comissões de mérito e votadas em Plenário.

Apesar de já terem passado pela comissão 209 projetos de lei e 85 requerimentos, ainda há outras 161 proposições que precisam ser relatadas.

Até agora, das 45 audiências públicas realizadas pelas comissões da Casa, a de Constituição e Justiça integrou 12. Essas audiências têm como objetivo debater temas polêmicos com a população e aprimorar os projetos de lei. A

última reunião relativa ao primeiro semestre de 2008 acontece no próximo dia 22.

Os projetos tratam dos mais variados temas, entre eles agricultura familiar, meio ambiente e inclusão social. Das 14 comissões da Assembleia, à de Constituição e Justiça cabe avaliar os aspectos legais, jurídicos, regimentais ou de técnica legislativa dos projetos apresentados.



Deputados da Comissão têm a missão de avaliar aspectos legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa dos projetos

Algumas matérias em tramitação

PL n.º 4/07: Dispõe sobre a produção, industrialização e comercialização de biocombustíveis por pequenos agricultores

O deputado Pedro Uczai (PT), idealizador do projeto, afirma que a intenção é estabelecer um marco legal para a produção e comercialização de biocombustíveis no estado. "A legislação brasileira sempre foi conservadora, pois não estimulava a produção e dificultava a comercialização de combustíveis renováveis", afirmou. De acordo com o projeto, o Estado fica autorizado a produzir, industrializar e comercializar o combustível biodegradável em veículos automotores, e como aditivo em óleo diesel e outros tipos de combustível. Os pequenos produtores de biocombustíveis ficam autorizados a vender seus produtos diretamente para os consumidores finais ou postos revendedores.

PL n.º 10/08: Autoriza o Poder Executivo a incluir a disciplina de Educação para o Trânsito na grade curricular das escolas do Sistema Estadual de Educação

"As estatísticas mostram que o número de acidentes e mortes no trânsito não pára de aumentar, e por isso é imprescindível preparar os jovens para reconhecer situações de perigo e despertar o sentido de auto-preservação", explica o deputado Gelson Merísio (DEM), autor da proposta. Se aprovado o projeto, a disciplina terá a carga horária de uma hora-aula semanal e será ministrada aos alunos do ensino fundamental e médio.

PL n.º 109.2/08: Dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina - FUNDPLAF

Para o autor do projeto, deputado Dirceu Dresch (PT), "é necessário injetar recursos públicos nessa cadeia produtiva que tem um grande potencial econômico." Segundo o parlamentar, 90 mil famílias catarinenses têm na produção de leite sua principal fonte de renda. O projeto tem como objetivos financiar a política de renda dos agricultores familiares produtores de leite, facilitando o financiamento para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos para a produção e industrialização do leite.

PL n.º 163.8/08: Institui o Fundo de Custeio da Ampliação de Áreas Verdes Arborizadas Urbanas "Essa proposição é fruto da necessidade de gerar meios que viabilizem a restauração das áreas arborizadas nas cidades, como caminho para reduzir o impacto das emissões de carbono e melhorar a qualidade do ar", ressaltou o deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que elaborou o projeto.

PL n.º 210.9/07: Dispõe sobre a Política Estadual de Reciclagem de Materiais "É um projeto do mundo moderno que garante um grande avanço econômico. É gerador de emprego e da consciência humana", esclarece o deputado Professor Sérgio Grandó (PPS), defendendo a sua iniciativa. De acordo com a matéria, a política estadual de reciclagem de materiais tem o objetivo de incentivar o uso, a comercialização e a industrialização de materiais recicláveis e prevê a reciclagem de entulhos de construção civil, resíduos sólidos e líquidos, urbanos e industriais passíveis de reciclagem.

PL n.º 227.7/07: Altera o parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 12.128, de 2002, que dispõe sobre o plano, cultivo, pesquisa, indústria e comércio de organismos geneticamente modificados no Estado de Santa Catarina e cria o Conselho Técnico Catarinense de Biossegurança - CTCBio

"Assim estaremos protegendo os consumidores catarinenses", enfatizou a autora, a deputada Odete de Jesus (PRB). Se aprovada, a proposta tornará obrigatória a colocação de um corrimão informando que o produto comercializado é geneticamente alterado.

PL n.º 488.4/07: Dispõe sobre a obrigatoriedade das casas de diversões públicas destinarem poltronas adaptadas exclusivamente ao assento e a locomoção de deficientes físicos paraplégicos O deputado Gelson Merísio (DEM), proponente do projeto, explica que o objetivo é integrar os portadores de necessidades especiais na sociedade tratando de forma adequada os limites e diferenças dos cidadãos. De acordo com a proposição, deverão ser destinados 2% da capacidade total de lotação nas apresentações de espetáculos culturais, artísticos, desportivos ou de qualquer outra forma de entretenimento.

Turismo promove audiência para discutir instalação de PCHs em Santo Amaro

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente promove, dia 23, audiência pública para tratar da polêmica em torno da instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) em Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas. A reunião será realizada no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santo Amaro da Imperatriz.

O foco das discussões será a construção da 34ª Pequena Central Hidrelétrica (PCH) em Santa Catarina que, no seu conjunto, será responsável por 17% das necessidades anuais de energia elétrica e envolverão investimentos privados de R\$ 700 milhões.

Além delas, há cerca de outros 200 pedidos de licença para a instalação de usinas deste porte no território catarinense.

Entre as vantagens associadas à PCH, segundo especialistas, estão o fato do processo de licenciamento ser mais ágil, demandar menor tempo de construção, apresentar impacto ambiental reduzido quando comparada a uma média e grande central hidrelétrica, ter baixo custo de investimento e excelente retorno de capital.

Recentemente, a liberação

para instalação de seis PCHs em Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz tem chamado a atenção da opinião pública na Grande Florianópolis. Segmentos envolvidos com o turismo e o meio ambiente vêm se sentindo ameaçados pela instalação e funcionamento das referidas PCHs, sobretudo porque as atividades e serviços turísticos são destaques na importantes da economia e da identidade social daqueles municípios.

No caso de Santo Amaro, precisamente, as três PCHs propostas,

serão instaladas no trecho do Rio Cubatão do Sul que é utilizado na atividade de rafting, esporte de aventura que vem se destacando como atrativo turístico daquele município.

Na opinião das operadoras de rafting, os empreendimentos poderão inviabilizar não só a modalidade, mas a própria atividade de ecoturismo. Além do mais, deve-se considerar que o rafting, enquanto atividade socioeconômica, representa o nó de uma rede de empreendimentos e serviços como bares, restauran-

tes, hotéis e pousadas, que serão afetados negativamente com o fim da modalidade.

Alguns gestores e lideranças locais vêm questionando também o fato de que o processo de liberação das PCHs se deu sem o conhecimento e participação da sociedade local, ferindo, segundo eles, importante diretriz da Política Nacional de Recursos Hídricos, que prevê que a gestão deva ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.



Em Santo Amaro, as três Pequenas Centrais Hidrelétricas serão instaladas no trecho do rio usado para rafting

PLENÁRIO

Crise do sistema prisional no estado repercute em plenário

Fuga de 43 detentos do Centro de Triagem do Estreito, na Capital, motiva debate de parlamentares, que criticam a falta de segurança em cadeias e presídios e cobram soluções. Audiência pública vai debater situação dia 21



Deputados de oposição e da base do governo discutem situação crítica das unidades do sistema prisional

Governistas alegam problema nacional

Preocupado com as críticas aos integrantes do governo, o deputado Elizeu Mattos (PMDB) lembrou que o problema prisional é de amplitude nacional, mas fez menção ao fato de que "quando o governador Luiz Henrique da Silveira assumiu o Executivo estadual eram quatro mil vagas no sistema prisional, enquanto hoje são mais

de sete mil". Mattos ainda citou o projeto de lei que tramita no Parlamento prevendo concessão de benefícios aos municípios que aceitem receber unidades prisionais e elogiou o trabalho realizado pelos secretários Ronaldo Benedet e Justiniano de Almeida Pedrosa (Justiça e Cidadania).

O líder do governo, deputado

Herneus de Nadal (PMDB) também se mostrou preocupado com o fato de, ao mesmo tempo em que foram duplicadas as vagas nos presídios, "dobrou também o número de apenados, que hoje ultrapassa os 12 mil". Nadal ainda comunicou a disposição do secretário Benedet em participar da audiência do dia 21.

Rodrigo Viegas

A crise no sistema prisional do estado e sua mais recente consequência, a fuga de 43 detentos do Centro de Triagem do Estreito (CTE), na Capital, ocorrida dia 14, foi tema principal na sessão ordinária do dia 15. Oposição e base de apoio ao governo manifestaram preocupação com o incidente e com a possibilidade de outros acontecimentos semelhantes ocorrerem nos mais diferentes municípios catarinenses.

A abordagem mais contundente sobre o assunto coube ao progressista Joares Ponticelli, que lamentou o fato de Santa Catarina ter ocupado espaço na imprensa nacional por conta da fuga recorde naquele estabelecimento prisional.

Ponticelli criticou a Secretaria de Estado da Segurança Pública pelo que chamou de transferência de responsabilidade. "O secretário Ronaldo Benedet alega não ser possível a construção de presídios porque o Ministério Público e o Tribunal de Justiça impedem. Impedem porque é sua função vetar obras sem concorrência e sem licita-

ção", afirmou.

Outros parlamentares também ocuparam a tribuna para comentar o ocorrido. A deputada Odete de Jesus (PRB) lamentou o suposto envolvimento de agentes prisionais na fuga, enquanto a deputada Ana Paula Lima (PT) mostrou preocupação com o consumo de drogas, problema que impulsiona o aumento da criminalidade.

Representante do segmento da segurança pública no Legislativo, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) destacou que a segurança de unidades prisionais é tarefa de agentes prisionais e lembrou que também a Central de Polícia da Capital registrou uma fuga de sete detentos apenas 24 horas após o incidente no CTE.

O presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Dirceu Dresch (PT), comunicou que no próximo dia 21 vai acontecer na Casa uma audiência pública para discutir o assunto e provocar o encaminhamento de decisões que diminuam a gravidade do problema. Diversos parlamentares sugeriram o convite ao secretário Benedet para participar do encontro.

Deputados destacam investimentos na educação

O ato solene realizado dia 16 pela Presidência da República para dar encaminhamento a projetos da área da educação foram comentados e comemorados pelos deputados na sessão ordinária do dia 17. O primeiro a tratar do assunto foi o deputado Dirceu Dresch (PT), que esteve na solenidade em Brasília em companhia do líder da bancada, deputado Pedro Uczai.

Entre as medidas, Dresch destacou a criação da Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS). O projeto de lei foi remetido para o Congresso Nacional, cuja aprovação efetivará a instalação.

A sede da UFFS será em Chapécó, Oeste catarinense. O Rio Grande do Sul terá instalações da instituição nas cidades de Cerro Negro e Erechim, na região Norte. No Paraná, os municípios escolhidos foram Laranjeira do Sul e Realeza, Sudoeste do esta-

do. A abrangência geográfica faz com que a nova escola superior seja tratada também como Universidade da Mesorregião do Mercosul.

Furb

O deputado Décio Góes (PT) também destacou a importância da UFFS. Aproveitando o tema, os deputados Ivan Naatz (PV), Ismael dos Santos (DEM), Sargento Amauri Soares (PDT), Pedro Uczai e a deputada Ana Paula Lima (PT) lembraram que a federalização da Universidade Regional de Blumenau (FURB) depende da assinatura de um decreto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o deputado Padre Pedro Baldissera (PT) serão quatro campi, mais a sede, com 15 cursos e 1.500 vagas iniciais. "Essa universidade será um instrumento de desenvolvimento da região", garantiu.

Piso salarial e Institutos Tecnológicos

Também na sessão do dia 17, o deputado petista Dirceu Dresch classificou outra medida, a estipulação de um piso salarial de R\$ 950,00 para os que atuam na educação básica, como um dos fatos mais importantes na história recente da categoria dos professores.

Os deputados José Natal Pereira (PSDB), Décio Góes (PT) e Professor Sérgio Grandó, líder do PPS na Casa, destacaram que o piso dos professores trará maior dignidade e melhoria na qualidade do trabalho, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, as mais pobres do país.

O piso salarial de R\$ 950,00 será nacional e direcionado

aos docentes com carga horária de 40 horas semanais. A implantação será gradual até o ano de 2010, tempo necessário para os governos estaduais e municipais de adaptarem.

Outro ato assinado pelo presidente da República e destacado em plenário foi a transformação dos atuais Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs). De acordo com o projeto, essa mudança significará um aprimoramento no ensino técnico do país, voltando-se às novas demandas do mercado de trabalho e garantindo a qualidade necessária à concorrência característica do

mundo globalizado.

O decreto que cria os IFETs abrange também Escolas Técnicas Federais (ETFs), Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. O objetivo principal é a integração regional deste tipo de ensino.

"Ainda no segmento da educação, o presidente sancionou as propostas de criação de 49 mil cargos em instituições federais de ensino técnico e superior, e a alteração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que, agora, passa a ter como objetivo a integração do ensino profissional e tecnológico à educação básica", informou Dresch.

PLENÁRIO

Divulgação: Neiva Daltrozo / SECOM



Bailarianos de 13 estados do Brasil participam das disputas, até o dia 25, em sete gêneros

Deputados destacam a tradição do Festival de Dança de Joinville

Representantes da região Norte do estado, os deputados Nilson Gonçalves (PSDB) e Antônio Aguiar (PMDB), ocuparam a tribuna para destacar a 26ª edição do Festival de Dança de Joinville, que começou dia 16. "Com as mais modernas técnicas de iluminação, elaborados cenários e figurinos detalhados, os bailarinos vão converter os espectadores em privilegiadas testemunhas de um dos maiores espetáculos de dança do país", enalteceu Gonçalves.

O parlamentar ainda informou que nos Palcos Abertos serão apresentadas 172 horas de dança, em 15 lugares diferentes, com um aumento de 30% no número de coreografias.

"Um dos destaques dos Palcos Abertos será a apresentação da coreografia 'Dom Quixote', pela Cia. do Conservatório do Rio de Janeiro."

O deputado Antonio Aguiar, por sua vez, lembrou que o festival é o mais importante evento para a cultura e o desenvolvimento da cidade, consagrada no Brasil como Capital da Dança e da Cultura de Santa Catarina. A chegada ao município da Escola do Teatro Bolshoi, salientou o deputado, reforçou a posição de Joinville como grande pólo de turismo, que gera emprego e desenvolvimento.

Também o deputado José Natal (PSDB) comentou sobre a importância do evento: "Está

entre os principais do Brasil".

O evento

De 17 a 25 de julho, bailarinos vindos de 13 estados do Brasil competem em sete gêneros: Balé Clássico, Dança Contemporânea, Dança de Rua, Danças Populares, Balé Clássico de Repertório, Jazz e Sapateado.

A novidade deste ano é a inclusão de sub-gêneros de Dança de Rua: solo, duos e trios. As coreografias participantes são divididas por categorias de acordo com a faixa etária dos integrantes: Júnior (nascidos em 1994 e 1995), Sênior (nascidos em 1992 e 1993) e Avançada (nascidos em 1991 ou antes).

Compra de licença-prêmio para resolver problema do efetivo militar

O baixo efetivo de bombeiros no estado está preocupando o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) que afirmou que as licenças-prêmio, concedidas aos servidores estaduais após cinco anos de trabalho, contribuem para o fato.

Conforme o parlamentar, cada pelotão do Estado tem cerca de 20 bombeiros, sendo que pelo menos um desses servidores

tem direito a licença-prêmio por mês. "Isso significa que todo mês temos um militar a menos. Santa Catarina já não possui um efetivo que satisfaça as necessidades da população e isso contribui, e muito, para o baixo efetivo", disse.

Como sugestão para o problema, Soares explicou que há alguns anos o governo do Estado comprava a licença daqueles que gostariam de ficar trabalhando.

"Esse é um grande artifício. Há muitos soldados que não precisam ou não querem gozar suas licenças. O governo poderia retomar essa prática." Soares ainda esclareceu que a compra das licenças era feita quando o soldo dos bombeiros era menor do que o salário mínimo. "Precisamos desse dispositivo para minimizar o problema do efetivo em Santa Catarina", afirmou.

Parlamentares dão apoio à Ideli

A sessão ordinária do dia 17 foi marcada por um ato de desagravo, por parte dos deputados, em relação à divulgação de grampo telefônico envolvendo a senadora Ideli Salvatti (PT). A líder do PT no Senado teve seu nome citado em uma ligação

interceptada pela Operação Satiagraha. A senadora enviou ofício ao Ministério da Justiça exigindo a retificação do relatório da Polícia Federal, afirmando que o diálogo interceptado não faz referência a ela.

Deputados de diferentes

partidos, entre eles Ivan Naatz (PV), Herneus de Nadal e Valdir Cobalchini (PMDB), Pedro Uczai e Décio Góes (PT), e Ismael dos Santos (DEM), ocuparam a tribuna para rechaçar a hipótese e elogiar o trabalho da senadora no Congresso Nacional.

[GABINETES]

JARAGUÁ DO SUL FESTEJA 70 ANOS

Por proposição do deputado Carlos Chiodini (PMDB) a Assembléia Legislativa promoveu no dia 17 sessão solene comemorativa aos 70 anos da Associação Empresarial de Jaraguá do Sul (Acij). O objetivo é reconhecer o trabalho da entidade que tem por missão promover o desenvolvimento sustentável do segmento econômico local, por meio da representatividade e do associativismo.

A sessão especial foi realizada a partir de 19 horas, no auditório Eggon João da Silva, no Cejas, bairro Czerniewicz, em Jaraguá do Sul. Chiodini é empresário na região e reconhece o potencial da entidade no estímulo à evolução das práticas de gestão e em defesa de diretrizes estratégicas, como a melhoria da infra-estrutura local, o estímulo à competitividade, o fortalecimento da classe empresarial e a busca da excelência em sua própria gestão. (Evry Pedro Schmitt, assessor de imprensa da bancada do PMDB)

PSICÓLOGOS NO CIRETRAN/BLUMENAU

O deputado estadual Jean Kuhlmann (DEM) solicitou ao secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet, o credenciamento de mais psicólogos para o Ciretran de Blumenau.

Segundo o parlamentar, o órgão atua hoje com apenas três profissionais e seria necessária a contratação de mais seis psicólogos. "Blumenau tem maior número de carteiras de habilitação emitidas em relação às outras regiões do Estado, mas trabalha com número menor de psicólogos do que na Capital. Em 2007, o número de habilitações expedidas foi de 12.056", lembrou Jean Kuhlmann. A solicitação foi feita por intermédio da Assembléia Legislativa. (Rossana Espezin, assessora do deputado Jean Kuhlmann)

FÓRUM DE UNIDADE DOS COMUNISTAS

Está sendo realizado nos dias 17, 18 e 19, em Florianópolis, o 4º Encontro Nacional do Fórum de Unidade dos Comunistas. O evento, sediado na Assembléia Legislativa, vai contar com palestras de teóricos marxistas do Brasil, Portugal, Colômbia, Venezuela e Paraguai.

Fundado em 24 de março de 2006, em ato público na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, o Fórum de Unidade dos Comunistas é composto pelo Partido Comunista Brasileiro, Refundação Comunista e Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes. O encontro é um espaço de debate e formação política e não tem caráter deliberativo. O fórum representa um instrumento para avançar na construção da unidade de ação dos comunistas no Brasil. (Alexandre Brandão, assessor do deputado Sargento Amauri Soares)

COLETORES DE ENERGIA SOLAR

Cerca de 25 pessoas integradas à comunidade de Areias, no Campeche, Sul de Florianópolis, deverão aprender a construir coletores de energia solar – que aquecerão a água de torneiras e chuveiros –, através do projeto Energia do Futuro, promovida pelas Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina (Celesc) em parceria com José Alcindo Alano, que desenvolveu o equipamento em 2004.

Criada em 1999 pela deputada Odete de Jesus (PRB), a Escola de Mulheres está implantada em 57 núcleos em toda a Grande Florianópolis. Nos espaços, as alunas aprendem de tudo um pouco. Recebem aulas de crochê, bordado, fiação e outras formas de artesanatos que, prontos, são comercializados e servem para engordar o orçamento da família. Enquanto aguardam a chamada da Celesc para o novo curso, as mulheres se empenhando na coleta do material que irão utilizar na construção de coletores, as garrafas PET e as caixinhas de leite, falou a deputada. (Marly de Paulla, assessora da deputada Odete de Jesus)

COMUNIDADE

Carlos Kilian



Seminário vai abordar a preservação da vida e da integridade física no trânsito, que, em junho deste ano, matou 27 pessoas em Santa Catarina, aumento de 58,82% em relação a 2007

Fórum trata da educação no trânsito

Blumenau realiza nos dias 24 e 25 de julho evento para melhorar qualidade de vida da população

Andreza de Souza
Graziela May Pereira

Blumenau sedia, nos dias 24 e 25 de julho, o 7º Seminário Fórum Catarinense pela Preservação da Vida no Trânsito, com o tema "Educação e Mobilidade no Trânsito – Mais qualidade de Vida", que tratará das questões relacionadas à preservação da vida e da integridade física no trânsito. Idealizado pela Associação Catarinense de Engenheiros (ACE), Conselho Regional de Medicina (Cremesc), Ministério Público Estadual e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Santa Catarina, o evento será realizado no Viena Park Hotel.

Lançado oficialmente em 21 de março de 2000, o Fórum trabalha para educar, conscientizar e des-

pertar a sociedade para os riscos, contribuindo para redução de acidentes com vítimas. Ele orienta os indivíduos sobre seus direitos e obrigações, encaminhando reivindicações aos órgãos competentes nas questões relativas ao trânsito de veículos e na interpretação do Código Brasileiro de Trânsito.

Com o anúncio do seminário em Blumenau, o presidente da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano da Assembléia Legislativa, deputado Reno Caromori (PP), entusiasta e apoiador do assunto, afirmou que o setor está carente de ações que obtenham resultados. "Temos que nos ater aquilo que pode trazer alguma solução para todos nós. A educação, com certeza, é o caminho a ser tomado", disse.

Para o presidente do Fórum, o engenheiro civil e supervisor de Operações Rodoviárias do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit/SC), Edemar Martins, o foco do seminário será a educação. "Estamos plantando uma semente para envolver todos os órgãos da sociedade e, assim, obter resultados positivos." Entre ações concretas, Edemar destacou alguns programas dos governos federal e estadual para melhorar a sinalização das rodovias, que considera ainda deficiente. Ele lamentou o número reduzido de policiais socorristas, tanto nas rodovias estaduais, quanto nas federais, prejudicando o atendimento dos acidentes. "É preciso abrir concursos e colocar mais gente na pista", frisou.

Deinfra cobra coerência dos poderes

O diretor de Operações do Departamento Estadual de Infra-estrutura do Estado de Santa Catarina (Deinfra), Luiz Antônio Goulart, destacou a importância de trabalhar na educação e na conscientização das pessoas, temas quase sempre esquecidos.

Goulart destacou que o Fórum vem trabalhando desde 2000 em áreas estratégicas como saúde, educação e no âmbito legal. "Outra finalidade do encontro é alertar o poder público a cumprir os dispositivos legais já existentes. Os governos, tanto o estadual quanto o federal, precisam ser

mais coerentes".

Entre os dispositivos legais que precisam ser debatidos, citados por Goulart, está o Código de Trânsito Brasileiro. "É preciso um amplo debate e um sistemático acompanhamento, no sentido de que a sua aplicação seja permanente e eficaz", completou o representante do Deinfra.

O presidente do Fórum, Edemar Martins, destacou a Lei Seca, lembrando que os números mostram uma redução de até 50% nas infrações. Ele, no entanto, destacou necessidade de se ter bom senso na adoção da lei.

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



PROJEÇÃO



Launor Baron Medeiros
Nascido em 11/02/1962
Desaparecido em 11/01/1978
Cidade: Santa Maria – RS



Graciane da Silva Bandeira
Nascida em 02/07/1988
Desaparecida em 10/10/2005
Cidade: Paíçandu – PR



Taila Regina O. M. De Moraes
Nascido em 02/04/1991
Desaparecido em 02/04/2006
Cidade: São Paulo – SP



Viviane Cantalice Pêgo
Nascida em 08/09/1992
Desaparecida em 28/01/2006
Cidade: Suzano – SP

www.portaldaesperanca.org.br – portaldaesperanca@portaldaesperanca.org.br / (48) 9168-3898